

Invisibilidades: mulheres negras, tradução e tradutores
 Invisibilities: black women, translation and translators
 Invisibilidades: mujeres negras, traducción y traductores

Andréa Moraes Costa (UNIR)

andrea@unir.br

Gracielle Marques (UNIR)

gracielle.marques@unir.br

Resumo

Neste artigo, objetivamos demonstrar a afinidade existente entre mulheres negras, tradução e tradutores, partindo da hipótese de que estes sujeitos e a tradução convivem com enfrentamentos da condição de inferioridade e depreciação no âmbito social e literário. A reflexão a qual nos propomos não perde de vista o fato de que a relação entre gênero e tradução está intrinsecamente ligada ao sujeito da linguagem, e de que a linguagem assume significativa responsabilidade quando se trata de promoção da visibilidade, tanto de mulheres negras quanto de tradutores. Por isso, discorreremos também sobre a produção escrita de mulheres negras no Brasil e sobre o espaço ocupado por essas mulheres na área da tradução. Desse modo, pretendemos, ainda, contribuir para a visibilidade desses autores sociais e da própria tradução, enquanto uma atividade de recriação. Alicerçamos nossas discussões, principalmente, em pressupostos dos Estudos da Tradução, assim como dos Estudos Feministas da Tradução. Além disso, contamos com estatísticas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a fim de dar solidez aos nossos argumentos. Ao final, consolidamos a discussão proposta ratificando nossa hipótese inicial por meio de dados e fatos apresentados ao longo deste texto.

Palavras-chave: gênero, mulheres negras, tradutora, tradução.

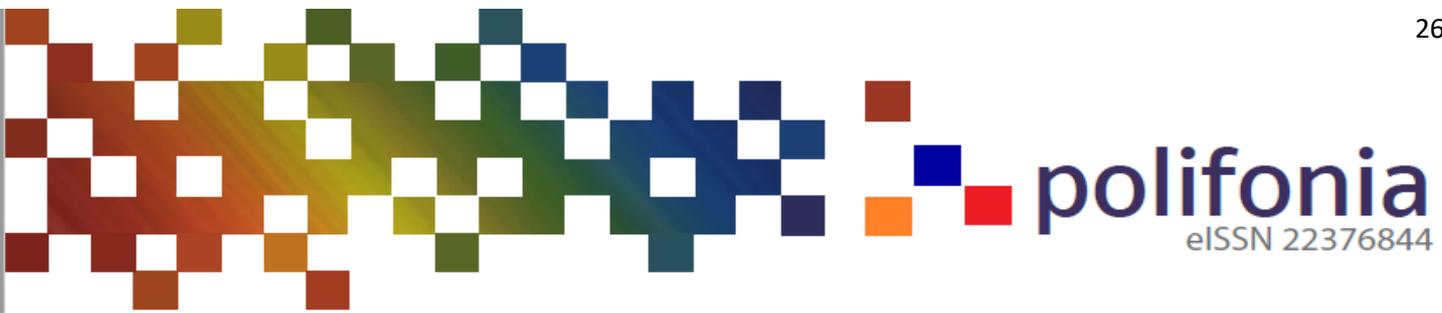
Abstract

In this article, we aim to demonstrate the affinity between black women, translation and translators, based on the hypothesis that these subjects and translation live with confrontations of the condition of inferiority and depreciation in the social and literary field. The reflection we propose does not lose sight of the fact that the relationship between gender and translation is intrinsically linked to the subject of language, and that language assumes significant responsibility when it comes to promoting the visibility of both black women and translators. Therefore, we also discuss the written production of black women in Brazil and the space occupied by these women in translation. We also intend to contribute to the visibility of these social authors and the translation itself, as a recreational activity. We base our discussions mainly on the assumptions of Translation Studies as well as Feminist Translation Studies. In addition, we rely on statistics produced by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE, in Brazilian Portuguese) in order to reinforce our arguments. In the end, we consolidate the proposed discussion by ratifying our initial hypothesis through data and facts presented throughout this text.

Keywords: gender, black women, translation, translator.

Resumen

En este artículo, nuestro objetivo es demostrar la afinidad entre las mujeres negras, la traducción y los traductores, en base a la hipótesis de que dichos temas y la traducción conviven con confrontaciones de la condición de inferioridad y depreciación en el ámbito social y literario. La reflexión que proponemos no pierde de vista el hecho de que la relación entre género y traducción está intrínsecamente vinculada al tema del lenguaje, y de que el idioma



asume una responsabilidad significativa cuando se trata de promover la visibilidad tanto de las mujeres negras como de los traductores. Por lo tanto, discutimos acerca de la producción escrita de mujeres negras en Brasil y sobre el espacio ocupado por esas mujeres en el área de la traducción. Asimismo, tenemos la intención de aportar a la visibilidad de esos autores sociales y la traducción en sí, como una actividad de recreación. Basamos nuestras discusiones principalmente en las premisas de los estudios de traducción, tal como en los estudios de traducción feministas. Además, consideramos las estadísticas producidas por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) para reforzar nuestros argumentos. Al final, consolidamos la discusión propuesta al ratificar nuestra hipótesis inicial a través de datos y hechos presentados a lo largo del texto.

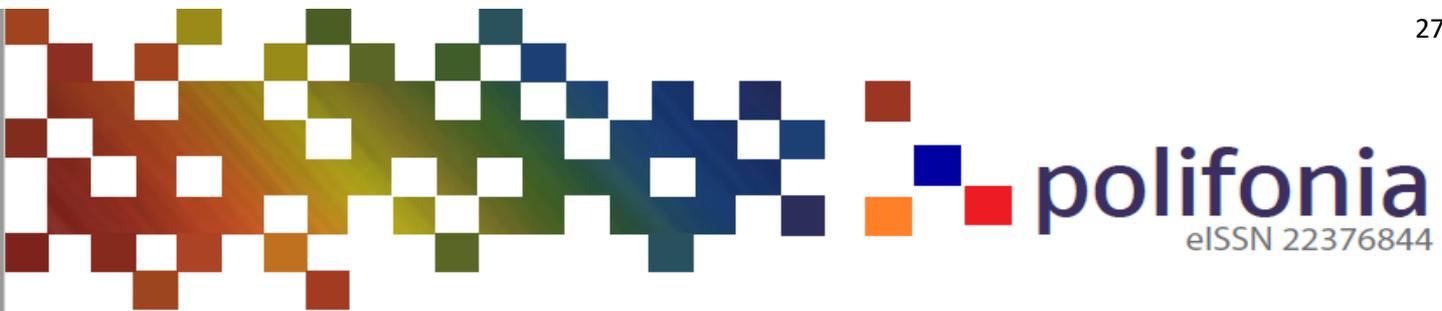
Palabras clave: género, mujeres negras, traductor, traducción.

Primeiras notas

As reformulações críticas acerca de gênero e tradução amparadas pelos Estudos Culturais, sobretudo a partir dos anos 1980, têm permitido que objetos de pesquisa, até então desconsiderados no campo de investigação, recebam atenção. Na condução desses estudos, desencadeou-se, por exemplo, um novo olhar para a tradução – a qual passou a ser entendida como reescrita – e, no que se refere à mulher, esses estudos proporcionaram repensar problemáticas advindas de diferentes esferas onde a mulher se situa, tais como classe social, raça, dentre outras. A expansão das investigações, nesse sentido, tem favorecido, por conseguinte, a ocorrência de distintos desdobramentos que atentam para a compreensão de experiências vivenciadas ou não por mulheres em diversos seguimentos sociais. A exemplo disso, podemos destacar a presença de mulheres negras na literatura, enquanto escritora ou tradutora.

Contudo, compreender um fato ou fenômeno social, após detectá-lo, constitui um dos primeiros passos para possíveis intervenções. Dessa maneira, experiências de gênero associadas à linguagem, como as anteriormente citadas, têm ocupado as vitrines das teorias feministas. Em meio a suas ações, essas teorias procuram, além de compreender as relações problemáticas mantidas entre gênero e linguagem, dissolver discursos dominantes e solidificados nessas relações, em que a figura da mulher se encontra em desvantagem, na marginalidade ou, até mesmo, em completo apagamento. Agregamos aqui, ao lado da figura/representação, também o próprio sujeito mulher, haja vista que sua identidade é afetada por esta, então formada, tríade: desvantagem, marginalidade e apagamento.

Embasadas nessas questões, objetivamos, neste artigo, investigar o espaço ocupado pelas mulheres negras no âmbito da tradução literária no Brasil, considerando que ambas –

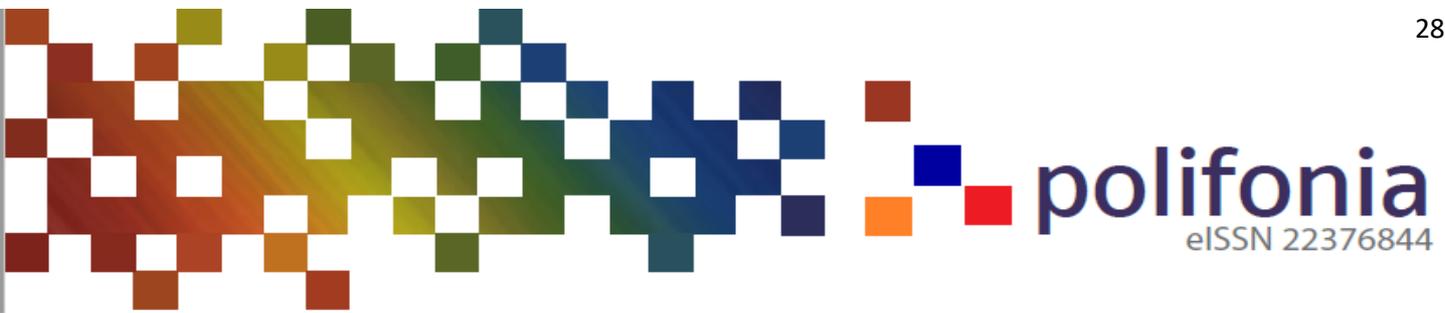


mulheres negras e tradução – e, também, o tradutor convivem com enfrentamentos da condição de inferioridade no âmbito social e literário. A reflexão a que nos propomos, a qual não perde de vista o fato de que a relação entre gênero e tradução está intrinsecamente ligada ao sujeito da linguagem, assim como às suas práticas – sociais, ideológicas, políticas, históricas –, parte do pressuposto de que a linguagem assume significativa responsabilidade quando se trata da promoção da visibilidade tanto de mulheres negras quanto da tradução e de tradutores. Com isso, pretendemos, ainda, juntar-nos às vozes que ressoam em prol do reconhecimento da tarefa das tradutoras negras, na tentativa de colaborar para a ruptura do campo de invisibilidade onde essas profissionais estão situadas.

Nas seções a seguir, apresentaremos, no primeiro momento, uma sucinta abordagem, correlacionando mulheres negras, tradução e tradutor, sublinhando a afinidade existente entre eles em razão do estado depreciativo, coadjuvante, que emoldura os distintos espaços sociais onde mulheres negras, tradução e tradutores transitam. Para essa discussão, ajustaremos os refletores, principalmente, em direção à academia, em sua condição de produtora de conhecimento.

Ao darmos seguimento a nossas ponderações sobre a temática em questão, julgamos pertinente apresentar uma retomada na história sobre alguns fatos que nos orientam acerca da atuação das mulheres como tradutoras, para, na sequência, focarmos na atuação desse grupo e no espaço ocupado pelas tradutoras negras no Brasil. Nessa etapa, ilustramos algumas ações, dentro do contexto brasileiro, voltadas à valorização e à visibilidade das tradutoras negras em nosso país. Por fim, registramos nossas percepções sobre a temática proposta, a qual, ao longo deste artigo, foi debatida a partir do ponto de vista dos Estudos da Tradução, principalmente a partir da perspectiva das teóricas canadenses Sherry Simon (2005) – sobre Estudos da Tradução Feminista –, bell hooks (2019) e Barbara Godard (1990) – respaldando-nos acerca das questões feministas –, e do norte-americano Laurence Venuti (1995) – no tocante à invisibilidade tradutória.

1. Afinidades: invisibilidade das mulheres negras, da tradução e dos tradutores

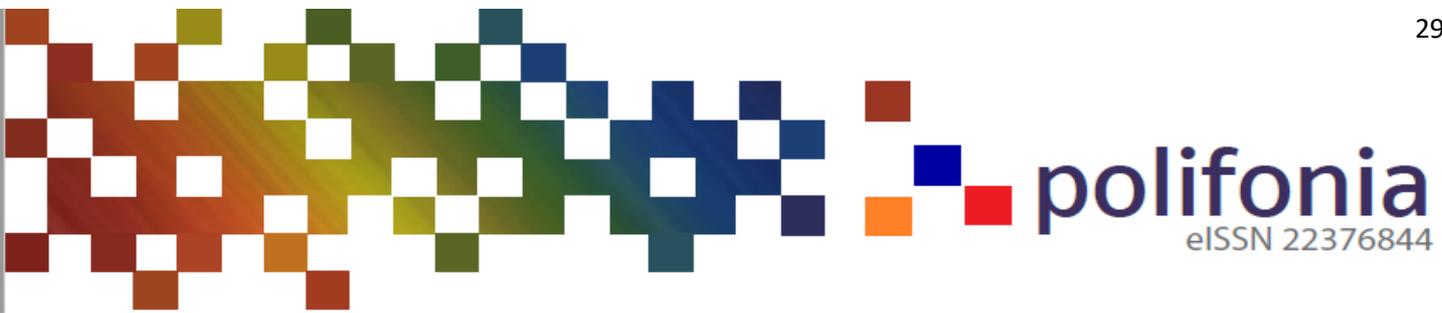


É incontestável que mulheres negras são desprestigiadas e marginalizadas em diversos nichos da sociedade. Argumentos inclinados à ação de contestar a exclusão social de mulheres negras, definitivamente, não ganham projeção devido à materialização dos fatos geradores de tal exclusão. A própria presença das mulheres negras antes da década de 1970 no interior dos movimentos feministas pode elucidar de maneira parcial essa questão. Embora as referidas mulheres integrassem tais movimentos e sofressem os problemas advindos da intersecção entre gênero, raça e classe social, tais problemas vivenciados pelas mulheres negras, sobretudo sob essa perspectiva, eram praticamente imperceptíveis à luz do movimento feminista. Esse fato, além de apontar para a exclusão social das mulheres negras, anuncia também que havia um cenário que exigia mudanças em prol das mulheres negras e de sua trajetória nos movimentos feministas.

Os movimentos feministas ao longo da década de 1970 foram marcados por mulheres brancas, as quais, segundo bell hooks (2019, p. 75), tinham privilégios de classe e que “rapidamente se declararam ‘proprietárias’ do movimento, colocando as mulheres brancas da classe trabalhadora, as brancas pobres e todas as mulheres não brancas na posição de seguidoras”. Ora, se perfaziam a condição de seguidoras, logo eram ofuscadas perante as mulheres brancas que lideravam as ações feministas do movimento.

O estado de invisibilidade das mulheres negras só passou a ser incluído nas discussões feministas, como declara hooks (2019, p. 91), quando “Uma geração mais jovem de mulheres negras/não brancas no fim dos anos 1970 e no início dos 1980 desafiou o racismo branco”. Era urgente olhar para aspectos que relacionavam cidadania, direitos trabalhistas, direitos reprodutivos, direitos ao voto, dentre outros, às mulheres negras.

Desse modo, o empenho em combater o racismo também foi contemplado na pauta dos movimentos feministas dessa época. Discutir a respeito do racismo tornou-se fundamental porque, a partir de então, foram desencadeadas também outras questões, como a existência de sobreposições no âmbito das desigualdades entre raças e gêneros, que tornavam ainda mais intensas as circunstâncias de opressão vivenciadas por mulheres negras, em relação às mulheres brancas, visto que subjugadas, no mínimo duplamente, em razão de seu sexo e sua raça.



Dentro desse plano discursivo, hooks (2019, p. 89), discorrendo sobre o feminismo norte-americano, aponta que “a única razão para mulheres não brancas estarem ausentes/invisíveis é o fato de não serem brancas”. Assim, fatores como pobreza e discriminação no campo trabalhista, acompanhados da dicotomia mulher negra/mulher branca, têm contribuído para o apagamento da mulher negra ao longo da nossa história. Esses fatores se constituem como sobreposições que afetam o cotidiano da mulher.

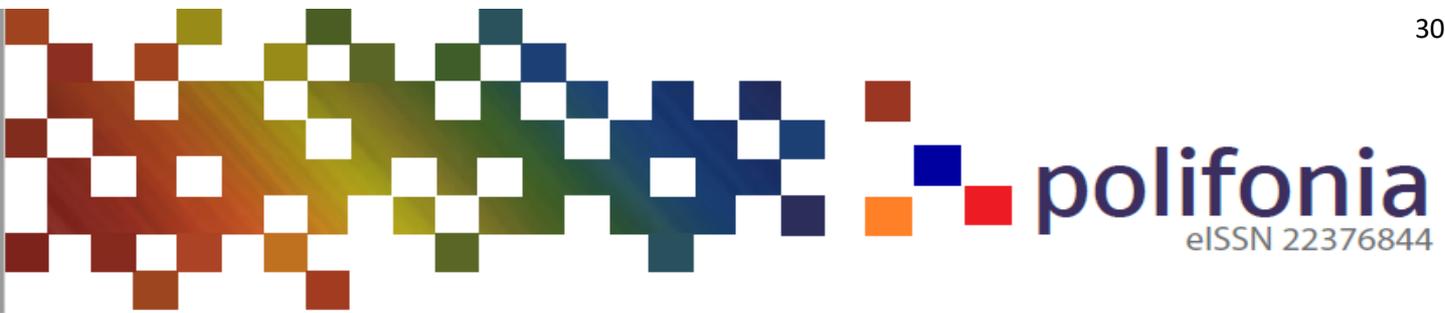
Vale a pena registrar que foi para ancorar referenciais de sobreposições como esses que Kimberlé Williams Crenshaw (2002, p. 177) propôs o termo interseccionalidade, entendido como “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. A teórica contextualiza que a referida conceituação “trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (2002, p. 177).

Com a nova agenda, os movimentos feministas, incorporando criticamente em suas falas esses sistemas discriminatórios, obtiveram algumas conquistas, é claro, delineadas mediante a parceria com mulheres negras, como exemplo podemos citar a participação dessas mulheres na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, em Beijing. As mulheres, durante esse evento, pleitearam com êxito a aprovação – incluída no texto das Nações Unidas – dos argumentos que reconheciam que o racismo se configurava como impedimento para a completa igualdade de oportunidade entre as mulheres.

Mas como nos lembra a escritora brasileira Maria da Conceição Evaristo de Brito, em entrevista a Juca Guimarães:

Há um longo período de amadurecimento, de reivindicação, de lideranças de movimentos sociais participando das conferências, tanto nacionais quanto internacionais, da ONU por exemplo, acompanhando essas discussões. Nessas conferências os países assumem compromissos para determinadas questões, e daí o movimento social, quando volta, pode questionar e cobrar dos governos. As conquistas populares não caem de cima para baixo, como as pessoas pensam, são fruto de demandas populares (EVARISTO, 2018).

Os espaços ocupados por mulheres negras, todavia, continuam escassos, cooperando para que elas se deparem com determinadas conjunturas, as quais as empurram para um campo



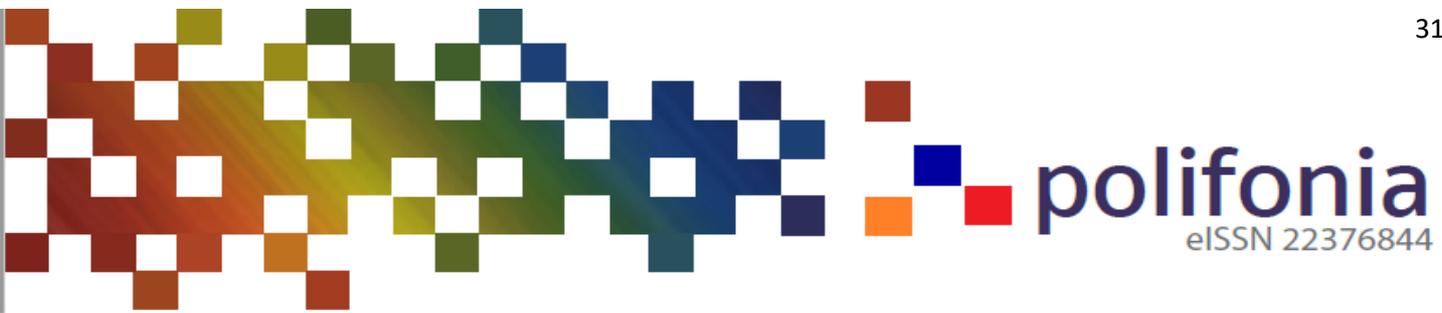
de invisibilidade, e, por conseguinte, acarretam uma condição de inferioridade. O espaço ocupado pelas mulheres negras dentro da academia e no campo da produção escrita, em meio a diversos outros exemplos, pode esclarecer essa questão acerca da invisibilidade, embora transitar em outros contextos seja inevitável.

Em se tratando do contexto acadêmico, a ausência das mulheres negras, de acordo com hooks (1995, p. 469), parte de representações que “incutiram na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpo sem mente. A aceitação cultural dessas representações continua a informar a maneira como as negras são encaradas”. A autora ainda explica que essas representações dizem respeito à associação da imagem da mulher negra à “empregada doméstica” ou cuidadora, fazendo com que se sintam culpadas por participar de um trabalho intelectual, pois isso é percebido pelas pessoas “na maioria das vezes como um trabalho que resulta da concentração e envolvimento em si mesmo” (HOOKS, 1995, p. 470).

Em nosso país, a situação descrita por hooks pode ser corroborada a partir dos dados obtidos por meio do Censo da Educação Superior realizado no Brasil, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Vejamos:

No Brasil, em 2016, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas). Ao desagregar por região, verifica-se que a maior desigualdade na distribuição de horas dedicadas a estas atividades está na Região Nordeste, onde as mulheres dedicam cerca de 80% a mais de horas do que os homens, alcançando 19 horas semanais. O recorte por cor ou raça indica que as mulheres pretas ou pardas são as que mais se dedicam aos cuidados de pessoas e/ou aos afazeres domésticos, com o registro de 18,6 horas semanais em 2016. Observa-se que o indicador pouco varia para os homens quando se considera a cor ou raça ou região de residência (IBGE, 2018, p. 3).

Devido ao seu teor negativo, tal panorama não poderia passar impune, considerando seus desdobramentos no âmbito social, como o acesso ao ensino. A disparidade dos pares quantitativos 18,1 horas (para mulheres) e 10,5 horas (para homens), correlacionados ao trabalho por gênero, evidenciam uma das principais razões para o distanciamento das mulheres do meio acadêmico. Para demonstrar de maneira concreta os reflexos dessa constatação que “as mulheres pretas ou pardas são as que mais se dedicam aos cuidados de pessoas e/ou aos afazeres domésticos”, recorreremos, novamente, aos dados do IBGE (2018). Na tabela a seguir,



conferimos, sobretudo os números representativos das mulheres pretas ou pardas, segundo o IBGE. Os números se referem à distribuição da população brasileira, de 25 anos ou mais de idade, com ensino superior completo, considerando sexo e cor ou raça:

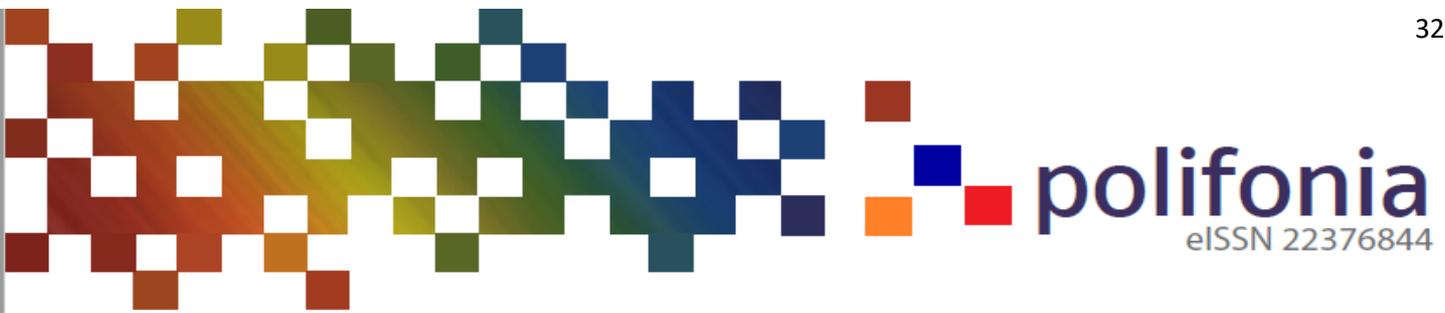
Tabela 1 – Distribuição da população com ensino superior completo, considerando sexo e cor ou raça

Homens		Mulheres	
Branco (%)	Pretos ou pardos (%)	Branca (%)	Pretas ou pardas (%)
20,7	7,0	23,5	10,4

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018, p.7).

Os números apresentados pelo IBGE, na tabela 1, ratificam assimetrias tanto entre cor ou raça (branco(a)/preto(a) ou pardo(a), quanto entre gêneros (homens/mulheres). Um cotejo envolvendo gênero nos revelará que, no Brasil, a referida assimetria se constitui a partir de um percentual maior de mulheres concluintes do ensino superior em relação aos homens. Em outras palavras, o percentual de mulheres brancas, pretas e pardas juntas compreende percentual superior (33,9%) àquele encontrado para os homens brancos, pretos e pardos juntos (27,7%). Ainda há distâncias significativas de percentuais quando temos em questão o ensino superior completo com o foco na cor ou raça, considerando os gêneros entre si, pois podemos observar que o porcentual de mulheres brancas concluintes do ensino superior (23,5%) é 2,3 vezes maior do que o de mulheres pretas ou pardas (10,4%). E se prosseguirmos o cotejo, verificaremos que, o porcentual de homens brancos concluintes do ensino superior (20,7%) perfaz quase três vezes mais o número de homens pretos ou pardos (7,0%) concluintes desse nível.

Não podemos desconsiderar que esses números também expõem a visível desvantagem das mulheres negras em relação aos homens brancos, pois o percentual correspondente às mulheres pretas ou pardas é 10,4, enquanto para os homens brancos esse número corresponde a 20,7. Eis, portanto, uma mostra relevante da condição enfrentada pelas mulheres negras em um dos espaços sociais, a academia, e que apresenta diversos desdobramentos, como a redução dessas mulheres no campo de trabalho ou sua participação reduzida na produção de conhecimento dentro das universidades.



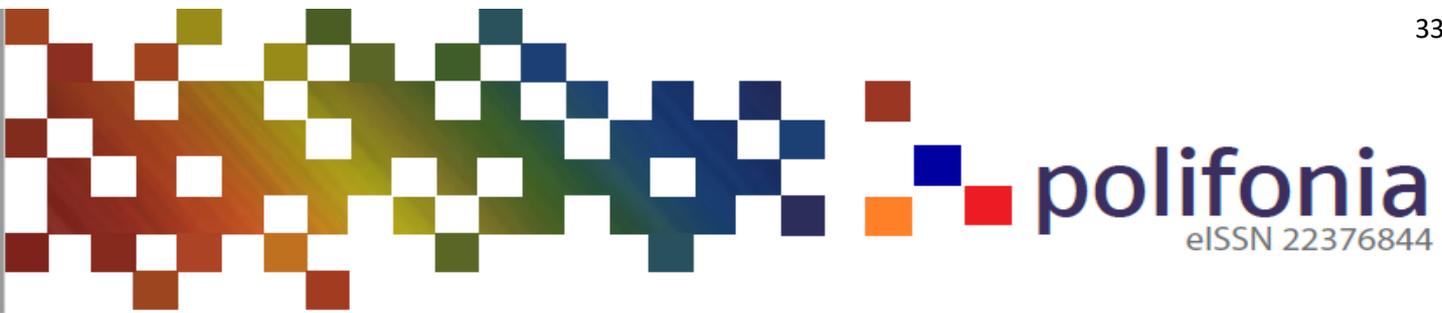
Em decorrência dessa última, algumas ações têm sido fomentadas, instigando o olhar para a configuração atual do ensino superior quanto ao quantitativo de professores negros. Nesse sentido, convém destacarmos a campanha institucional da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, ocorrida em 2016. A campanha – que se expandiu pelo Brasil com o auxílio das redes sociais –, motivada pelo questionamento dessa configuração, levava em seu topo a seguinte indagação: “quantos professores negros você tem?”. Ações como essa descortinam uma pseudoimagem de ensino superior no Brasil, ao evocarem a desigualdade de oportunidades associadas ao racismo, e precisam ser mencionadas.

Não podemos ignorar os números mencionados anteriormente, tampouco podemos ignorar o fato defendido durante a ação promovida pela UFJF. Da mesma forma, devemos considerar que, não raras vezes, mesmo adentrando o universo acadêmico, mulheres negras encontram barreiras e desafios, tais como a rejeição à sua escrita, a falta de incentivo à circulação de seu pensamento por meio da escrita ou o descrédito desta produção, dentre tantos outros.

Portanto, no caso da escrita de mulheres negras, é justo e oportuno partirmos para essa discussão tendo como mote uma reflexão sob a ótica de Conceição Evaristo, que nos possibilita pensar acerca da credibilidade da escrita negra quando se trata de produção intelectual. Para a escritora, “O racismo que permeia as instituições brasileiras é muito cruel”, e ela acrescenta ainda:

Estão no imaginário do brasileiro algumas competências para o sujeito negro. Acredita-se que ele saiba dançar, cantar, e principalmente no caso das mulheres, cozinhar. Mas as competências intelectuais, principalmente as literárias, não. Quando se trata da literatura, talvez porque ela use o maior bem simbólico da nação que é a língua, essa escrita negra não é acreditada [...] Grande parte dos escritores negros nasce dos estratos populares, então você vê que na maioria das vezes não temos padrinho. Ou então quando conseguimos, com muita dificuldade publicar, antes de lerem nossos textos já criticam, e aí a literatura sim, há escritores brancos que escrevem muito bem, e escritores brancos que não escrevem bem. O mesmo com os negros. Mas não nós [sic] é permitida nenhuma falha [...] (EVARISTO, 2018).

Nessas palavras de Evaristo repousam desagrado e crítica a respeito da recepção da atividade intelectual por meio da escrita produzida por negros. A fala de Conceição Evaristo sugere uma insatisfação que atinge as mulheres negras enquanto sujeitos políticos de direitos, pois se trata



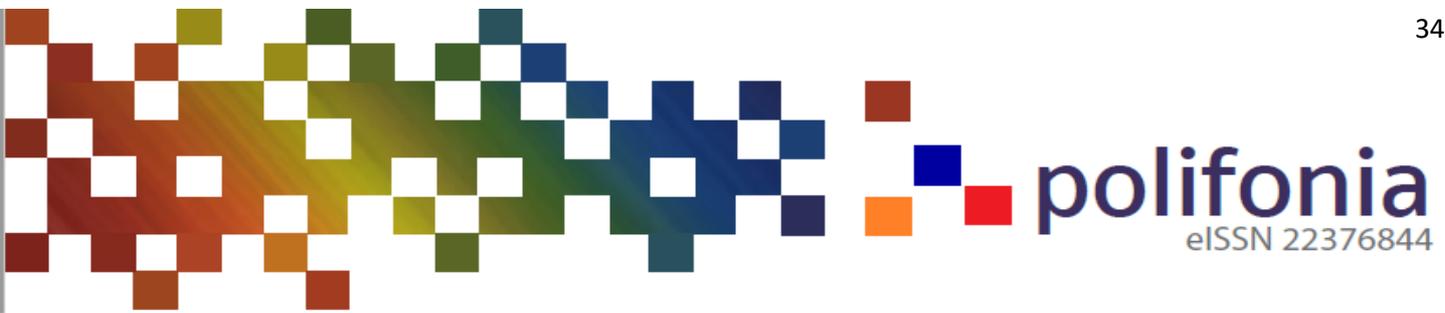
da apropriação da língua refletida na escrita como “um bem simbólico”. O que temos em jogo é a atuação da escrita como um recurso social, por meio do qual se possibilita não apenas o reconhecimento do sujeito escritor, mas também suas interrelações, sejam elas com seus pares ou com o próprio meio em que habitam.

Até aqui nos preocupamos em abordar algumas situações que implicam a relação de marginalidade e invisibilidade das mulheres negras. Devemos agora partir para a fase seguinte, na qual daremos destaque à atividade de tradução, seguindo nossa proposta inicial.

Resguardando as devidas proporções, podemos afirmar que a discussão de Conceição Evaristo apresenta alguns aspectos que têm certa afinidade com a tarefa tradutória. Assim como as produções de escritores negros que, segundo Conceição Evaristo, antes de serem lidas já são criticadas, com muita frequência, textos traduzidos também o são. Então, poderíamos, com base nas palavras de Evaristo, identificar uma relação entre a) escritores brancos e textos fontes, b) escritores brancos e escritores dos textos fontes, c) escritores negros e textos traduzidos e d) escritores negros e tradutores. Essas relações podem ser avaliadas por, pelo menos, dois aspectos em termos de circulação: credibilidade e valorização. Aos elementos descritos nas relações de a e b são dirigidas ambas qualificações, o que, comumente, não percebemos quando se tratam dos elementos descritos em c e d.

Isso posto, talvez seja proveitoso para esta discussão pensar em algo que é considerado basilar quando investigamos a área tradutológica. Referimo-nos ao fato de que a atividade tradutória é realizada por profissionais capacitados para tal ou, no mínimo, por conhecedores habilidosos do idioma a ser traduzido. Em qualquer um desses casos, trata-se de indivíduos que não mantêm uma relação de dependência com o texto meta – texto traduzido – para absorver o conteúdo expresso no texto fonte. E, ao procederem à tradução, independentemente do seu propósito, esses indivíduos solucionam uma problemática daqueles indivíduos os quais, muitas vezes, não possuem habilidades linguísticas desenvolvidas para realizar uma determinada leitura no texto escrito em uma língua que não dominam.

Mas o que isso pode significar? Como essa compreensão, debruçada em um plano basilar, pode orientar nossa discussão, por meio da qual pretendemos tratar sobre a invisibilidade do tradutor? Essa breve ilustração aponta para a relação de dependência existente em mão única. A dependência é experimentada à medida que um indivíduo/leitor precisa do

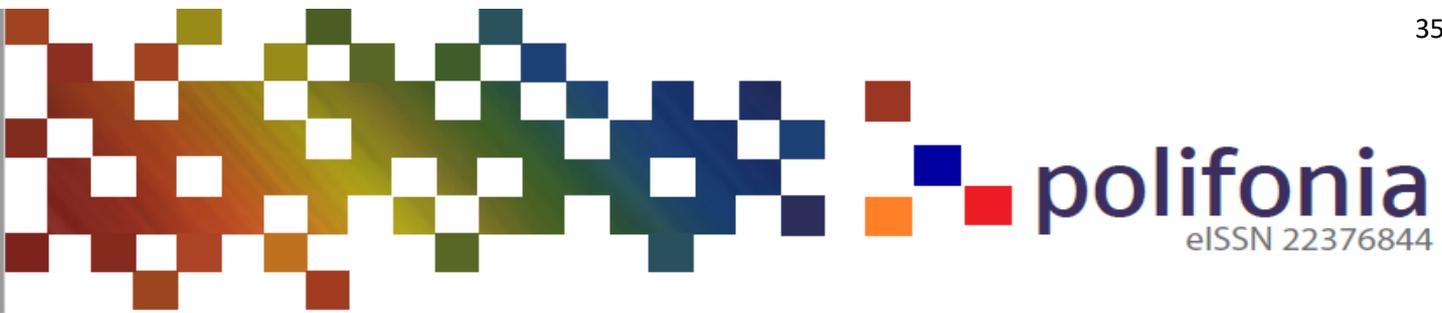


outro/tradutor. E há uma relação de poder que se manifesta, nesse caso, quando o tradutor não necessita de amparo linguístico de seu leitor para consumir a leitura em questão, a leitura no texto fonte.

Se adiantarmos nosso parecer a respeito da pouca ou da quase inexistência de profissionais tradutoras negras no Brasil, que abordaremos na próxima sessão, constataremos que, automaticamente, essa relação de poder também não será experimentada por essas mulheres. Não, pelo menos, se o cenário editorial, por exemplo, persistir em fechar os olhos para a existência das mulheres negras nas atividades relacionadas à tradução. Com isso, não temos em mente ratificar pressupostos que desejam alimentar as dualidades provenientes de poder: fraco/forte, superior/inferior, baixa/alta, dentre outras. Queremos, ao invés disso, demonstrar que há, inegavelmente, uma relação de poder nessa perspectiva exemplificada por meio da interação entre leitor/tradutor, em que não se vislumbra a alternância de experiências por parte destes, assim como não vislumbramos, até o momento, uma alternância concreta ou possível no mercado tradutológico quando se trata de gênero. Destaca-se, nesse panorama, a predominância masculina. Mas sobre isso nos aprofundaremos mais adiante.

De qualquer sorte, apesar das implícitas relações de poder envolvidas no ato tradutório, a valorização e visibilidade do tradutor, enquanto profissional, parecem não emergir, pois, em jogo, temos a presença do autor, residindo nisso a resposta para as questões anteriores, que pode ser ampliada com os pressupostos acerca da invisibilidade na tradução sustentados por Lawrence Venuti. O teórico afirma que “a invisibilidade do tradutor também é parcialmente determinada pela concepção individualista de autoria que continua a prevalecer na cultura anglo-americana” (VENUTI, 1995, p. 6, tradução nossa)¹. Seguindo essa ideia, o autor do texto fonte tem em seu poder a possibilidade de se manifestar com autonomia, sem interferências, por meio da escrita. Enquanto isso, a tarefa do tradutor caminha em direção oposta, subordinada, uma vez que a tradução é conduzida a partir do texto fonte, recaindo sobre o trabalho do tradutor uma percepção secundária. Segundo Venuti (1995, p. 7, tradução nossa),

¹ Cf. o trecho original: “The translator’s invisibility is also partly determined by the individualistic conception of authorship that continues to prevail in Anglo-American culture”.



essa “concepção individualista de autor desvaloriza a tradução”², e, por efeito, o próprio tradutor, remetendo-o a esferas inferiores, tal qual a séculos atrás.

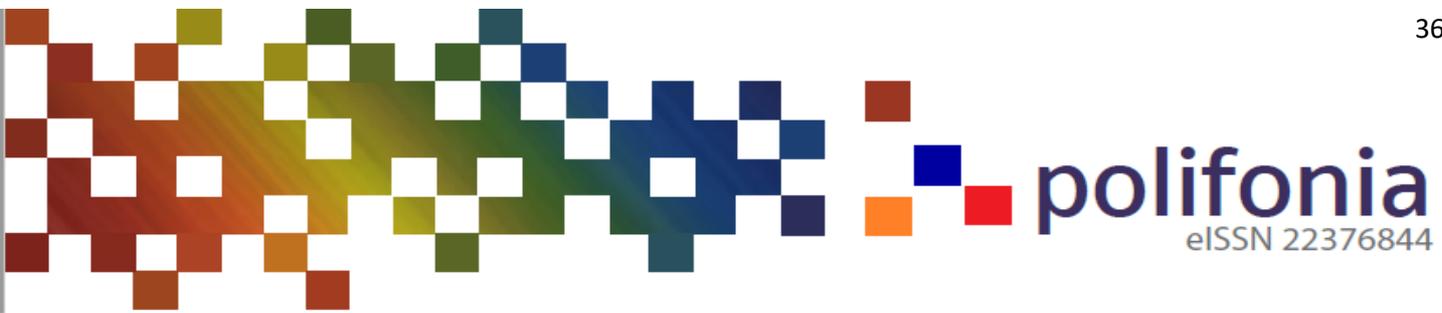
Depois dessa tomada inicial, convém recuperarmos posicionamentos – concebidos em contextos da tradição – assumidos por teóricos da tradução, em épocas em que à tradução era conferido *status* de marginalidade, como na época compreendida entre 1550 e 1650, conforme descreveu John Milton, em sua introdução de *Tradução teoria e prática: leitura e crítica* (1998), já se posicionando criticamente em relação a tal *status*. Apresentando-nos um apanhado de metáforas, o autor menciona, dentre elas, aquela em que associa a tradução ao “avesso de uma tapeçaria, ou a luz da vela comparada à luz do sol” (MILTON, 1998, p. 2). Ora, o avesso da tapeçaria (a tradução) não se configura como a parte mais interessante desse trabalho artesanal que é o tecer, nem a luz da vela (a tradução) brilha mais do que o sol (o texto fonte).

É possível pensarmos que, do fim da década de 1990 – quando John Milton debatia acerca dessa questão que imprimia depreciação à tradução – aos tempos atuais, pontos de vistas sobre a tarefa do tradutor tenham se atualizado de maneira mais ampla. Com certeza, as mudanças provocadas, por exemplo, pelos Estudos Culturais no âmbito acadêmico, a partir da década de 1980, também ativaram novas concepções teóricas ligadas aos Estudos da Tradução, resultantes da relação entre esses dois campos. A compreensão de tradução como um trabalho de reescrita, defendida por teóricos como André Alphons Lefevere (1992), considerada e adotada até hoje, pode comprovar isso.

As discussões desencadeadas por Lefevere, tendo como arcabouço a compreensão da tradução enquanto reescrita, foi fundamental para redimensionamentos no que tange à área. Dentre eles, vale mencionar a própria valorização da tarefa tradutória; a importância do papel desempenhado pela tradução e pelo tradutor; a interferência de visões políticas e ideológicas, dentre outras, sobre a prática tradutória; a manipulação tradutória engendrada, por exemplo, pelas editoras; a tradução enquanto manipuladora de obras literárias.

Igualmente, merece destaque a profícua relação estabelecida entre tradução e gênero, como um importante desdobramento patrocinado por essa afinidade existente entre Estudos da Tradução e Estudos Culturais. No Canadá, as publicações *Translating and Gender* (1997) e

² Cf. o trecho original: “the individualistic conception of authorship devalues translation”.



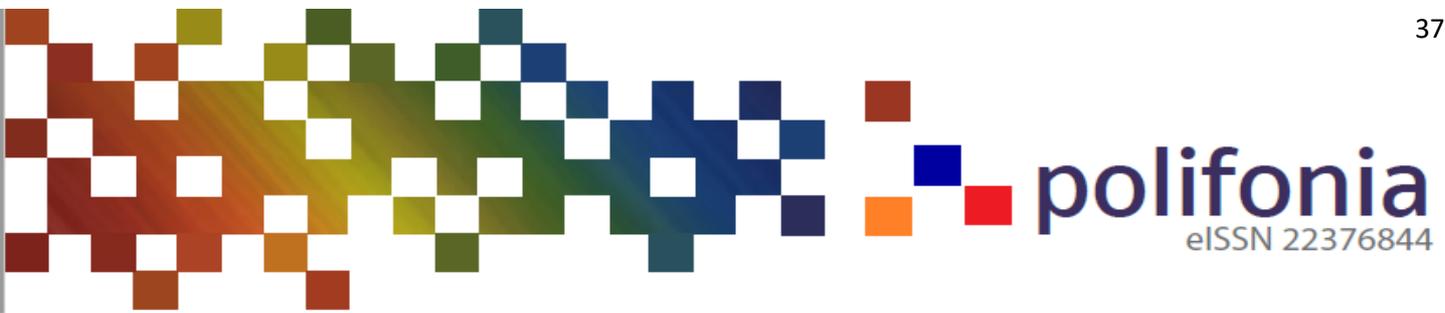
Translating Women (2011), assinadas pela pesquisadora e tradutora Luise von Flotow, fornecem-nos uma amostra de como podem ser tratados temas vinculando tradução e mulheres, ao entrecruzar os Estudos da Tradução e os Estudos de Gênero. Com a circulação de *Translating Women: Different Voices and New Horizons* (2017), Luise expande essa amostra, que incorpora discussões envolvendo políticas identitárias aplicadas à tradução, feminismo, gênero e teoria *queer*, por exemplo, no bojo da tradução. A expansão dos debates propostos se caracteriza por meio dos novos horizontes implicados em suas pesquisas, pois, nessa última obra, ela explora o papel da mulher em diferentes contextos culturais, tais como no México, na Colômbia, na Turquia e na China.

Podemos acrescentar, a título de ilustração, a visão contemporânea dos Estudos Feministas da Tradução, discutida pela estudiosa Sherry Simon, que apresentou, por meio de *Gender in Translation* (2005), o primeiro estudo amplo mirando questões feministas dentro dos Estudos da Tradução. Nessa obra, Simon defende que:

A tradução é considerada como um modo de envolvimento com a literatura, como uma espécie de ativismo literário. O que será enfatizado é a maneira pela qual os tradutores contribuem para os debates culturais e criam novas linhas de comunicação cultural. Os tradutores estão necessariamente envolvidos em uma política de transmissão, em perpetuar ou contestar valores que sustentam nossa cultura literária (SIMON, 2005, p. ix, tradução nossa).³

Ao voltar seu pensamento nessa direção, Simon nos oferece, no mínimo, o entendimento de que o fazer tradutório não está afastado do político, sustentando que a tradução, em outras palavras, possui uma função social considerada. Isso acontece na medida em que possibilita o conviver entre culturas, mas também assume o papel, por meio do tradutor, de “contestar valores”. A partir dessa perspectiva, as palavras de Simon nos remetem à ideia de que o tradutor é percebido como um agente atuante, não mais como um agente passivo deixando, então, de ser secundário para, assim, ocupar uma posição de protagonista dentro do processo tradutório.

³ Cf. o trecho original: “Translation is considered as a mode of engagement with literature, as a kind of literary activism. What will be emphasized is the way in which translators contribute to cultural debates and create new lines of cultural communication. Translators are necessarily involved in a politics of transmission, in perpetuating or contesting the values which sustain our literary culture”.



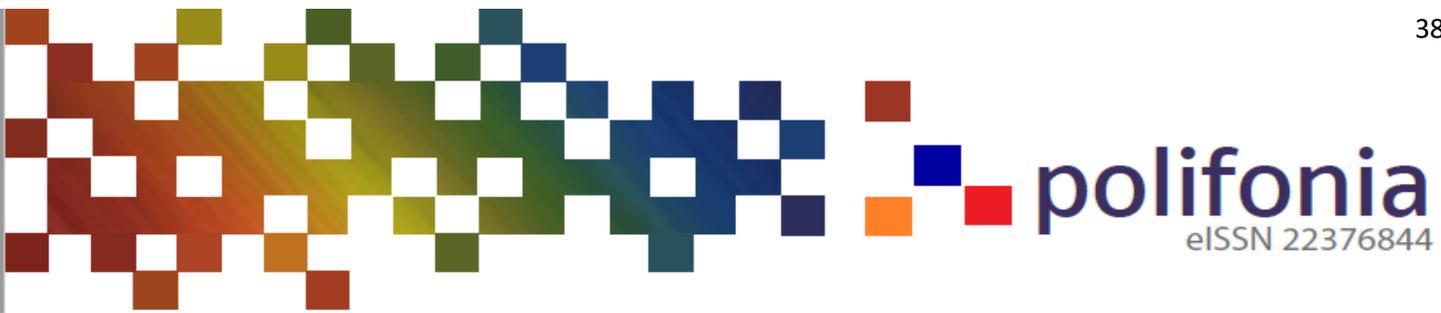
Contudo, ainda hoje, encontramos certos discursos referenciando o texto traduzido e, até mesmo, o tradutor com certa desconfiança chancelados pelo público leitor e, por vezes, dentro do contexto acadêmico. Esses discursos parecem, de alguma maneira, desencadear efeitos na própria autoimagem dos tradutores, conforme podemos conferir na fala de John Gledson ao ser questionado sobre estratégias de tradução:

Acho que temos que ter cuidado aqui – existem diferentes maneiras de ver [...] ‘domesticação’, e sinto mais simpatia por Antoine Berman e sua noção de ‘l’auberge du lointain’, segundo a qual obras estrangeiras generosamente ganham abrigo em um novo contexto, do que com Venuti, que coloca maior ênfase na visibilidade do tradutor. Entretanto, minha posição pode muito bem ser limitada pelo tipo de obra que tenho traduzido. Isso não é dizer que não me sinto ofendido quando sou ignorado e que meu trabalho é dado como certo por outras pessoas no processo, como aconteceu uma ou duas vezes – então, se puder, você deve se afirmar. Mas não acho que estou em posição de me afirmar diante do original: Como já dissemos, deveríamos ser mediadores que se apagam, e não protagonistas (GLEDSON, 2019, p. 244, tradução nossa).⁴

Gledson, que, além de tradutor, é crítico literário, por meio de sua fala, justapondo sua tarefa a condição de apagamento, colabora para que o estado de marginalidade permaneça instalado nos discursos acerca dessa tarefa, refletindo sobre o profissional que a realiza. Há, de forma nítida, aceitação e conformismo por parte de Gledson no que se refere à sua invisibilidade enquanto profissional da tradução, ao mencionar que tradutores deveriam “ser mediadores que se apagam, e não protagonistas”. Para isso, o crítico literário menciona o teórico da tradução norte-americano Laurence Venuti, rejeitando sua crítica em relação à invisibilidade tradutória. Vejamos as considerações tecidas por Venuti a respeito do assunto em questão:

‘Invisibilidade’ é o termo que usarei para descrever a situação e a atividade do tradutor na cultura anglo-americana contemporânea. Isso se refere a dois fenômenos mutuamente determinantes: um é um efeito ilusionista do discurso, da própria manipulação do tradutor de inglês; o outro é a prática de ler e avaliar traduções que

⁴ Cf. o trecho original: “I think we have to be careful here – there are different ways of seeing this ‘domestication’, and I feel more in sympathy with Antoine Berman, and his notion of “l’auberge du lointain”, according to which foreign works are generously given shelter in a new context, than with Venuti, who puts greater emphasis on the visibility of the translator. However, my position may well be limited by the kind of works I have translated. This is not to say that I don’t feel aggrieved when I am ignored, and my work taken for granted, by other people in the process, as has happened once or twice – then, if you can, you must assert yourself. But I don’t think I am in a position to assert myself in the face of the original: as I said earlier, we should be self-effacing mediators, not protagonists”.



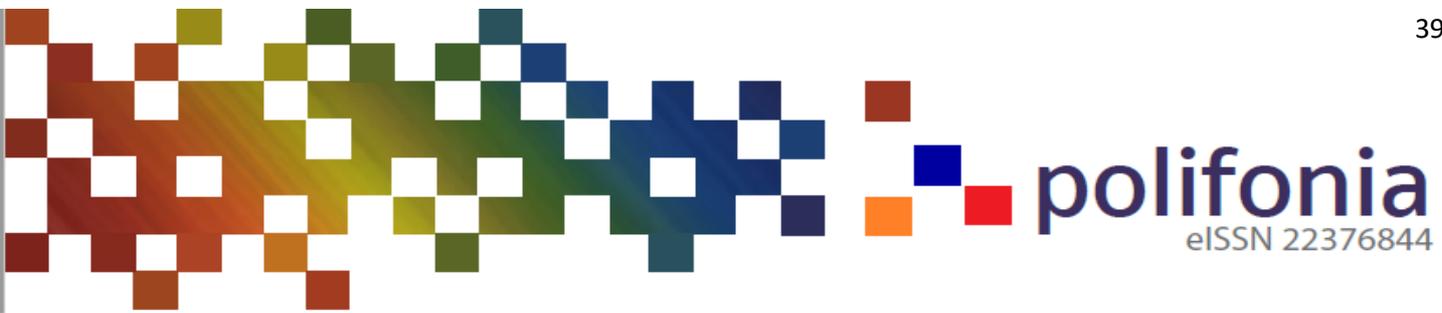
prevalecem há muito tempo no Reino Unido e no Estados Unidos, entre outras culturas, tanto em inglês quanto em idioma estrangeiro. Um texto traduzido, seja em prosa ou poesia, ficção ou não-ficção, é considerado aceitável pela maioria dos editores, revisores e leitores quando leem fluentemente, quando a ausência de qualquer linguagem ou peculiaridades estilísticas faz com que pareça transparente, dando aparência que reflete a personalidade do escritor estrangeiro ou intenção ou o significado essencial do texto estrangeiro – a aparência, em outras palavras, que a tradução não é de fato uma tradução, mas o ‘original’. A ilusão de transparência é um efeito do discurso fluente, do esforço do tradutor para garantir legibilidade, aderindo ao uso atual, mantendo a contínua sintaxe, fixando um significado preciso (VENUTI, 2005, p. 1, tradução nossa).⁵

É interessante notar que tais considerações não se limitam à cultura anglo-americana, podendo se estender de maneira satisfatória para embasar nossa reflexão, que está empenhada em dar atenção a inferências alinhadas à marginalidade tanto sobre a tradução quanto sobre as tradutoras negras situadas no contexto brasileiro. Desse modo, podemos observar que, na ânsia de atender ao seu público, bem como aos seus editores e aos revisores, oferecendo um trabalho cujo resultado imprima transparência, tradutores como John Gledson partem rumo a esse campo ilusório, que acaba por obscurecer sua identidade enquanto tradutor. Dessa forma, há um apagamento duplo: “são apagadas as atividades duplas de leitura e (re) escrita do tradutor entendido como um servo, uma mão invisível girando mecanicamente as palavras de uma língua para outra. A tradução é considerada como sendo uma cópia e não uma expressão criativa” (GODARD, 1990, p. 47-48, tradução nossa).⁶

O pensamento acima exposto encontra ressonância nas palavras de Lefevere (1992, p. 111), que, em suas ponderações, avaliou criticamente a atividade tradutória – compreendida a

⁵ Cf. o trecho original: “‘Invisibility’ is the term I will use to describe the translator’s situation and activity in contemporary Anglo-American culture. It refers to two mutually determining phenomena: one is an illusionistic effect of discourse, of the translator’s own manipulation of English; the other is the practice of reading and evaluating translations that has long prevailed in the United Kingdom and the United States, among other cultures, both English and foreign-language. A translated text, whether prose or poetry, fiction or nonfiction, is judged acceptable by most publishers, reviewers, and readers when it reads fluently, when the absence of any linguistic or stylistic peculiarities makes it seem transparent, giving the appearance that it reflects the foreign writer’s personality or intention or the essential meaning of the foreign text – the appearance, in other words, that the translation is not in fact a translation, but the “original”. The illusion of transparency is an effect of fluent discourse, of the translator’s effort to insure easy readability by adhering to current usage, maintaining continuous syntax, fixing a precise meaning”.

⁶ Cf. o trecho original: “are effaced the translator’s dual activities of reading and (re)writing. The translator is understood to be a servant, an invisible hand mechanically turning the words of one language into another. The translation is considered to be a copy and not a creative utterance”.



partir de uma perspectiva de inferioridade – relacionada à imagem próxima a um “gravador habilidoso” copiando a imagem esboçada por um mestre, sem se permitir acrescentar um pouco de luminosidade e toques graciosos a fim de dar contornos de beleza ou, mesmo, mascarar imperfeições. Trata-se, novamente, da imagem mecanizada do tradutor sendo revelada e questionada.

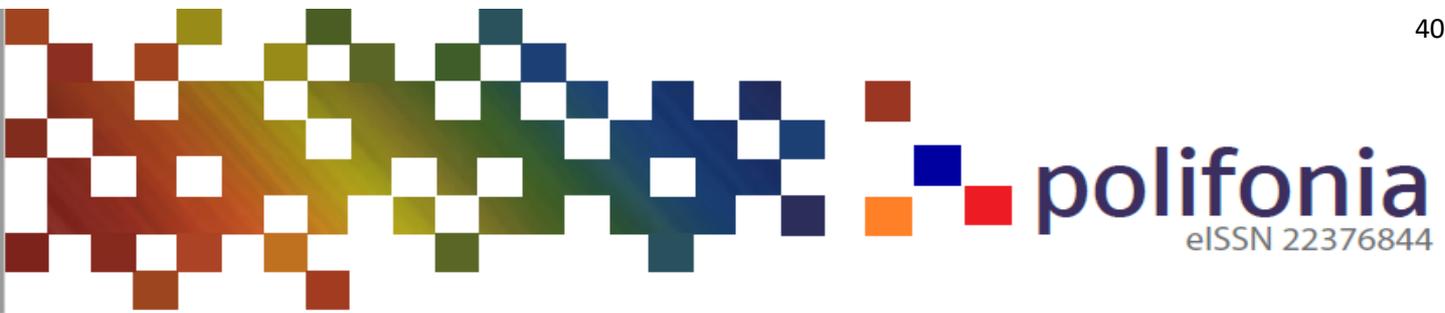
As referências à tradução apontadas acima, criticadas por Godard e Lefevere, estão cada vez mais presentes nos debates da crítica cultural. Isso porque essa crítica se preocupa, dentre outras coisas, por exemplo, com as temáticas do feminismo, das questões sociais, das intersecções entre o papel do social e do literário e está alerta às consequências que determinados discursos podem acarretar a certos grupos sociais. E precisamos registrar: é uma crítica que se encontra na contramão da crítica tradicional, a qual, em um passado não tão distante, permitiu que se sustentassem tais referências.

Em suma, com as reflexões propostas aqui tentamos chamar a atenção para a correlação existente entre a tradução e a mulher, pois, como afirma Simon (2005, p. 1),

‘Mulher’ e ‘tradutor’ têm sido relegados à mesma posição de inferioridade discursiva. A hierárquica autoridade do original sobre a reprodução está ligada a imagens de masculino e feminino; o original é considerado o forte gerador masculino, a tradução, a fêmea mais fraca e derivada. Nós não ficamos surpresos ao saber que o idioma usado para descrever a tradução mergulha liberalmente no vocabulário do sexismo, recorrendo a imagens de domínio e inferioridade, fidelidade e libertinagem. A mais persistente dessas expressões, “*les belles infidèles*”, há séculos tem incentivado uma atitude de suspeita em relação à tradução aparentemente desobediente. A teoria feminista da tradução visa identificar e criticar o emaranhado de conceitos que relegam as mulheres e a tradução para o fundo da escada social e literária (SIMON, 2005, p. 1, tradução nossa).⁷

Enquanto Simon sublinha a relação mulher e tradutor, preocupamo-nos aqui em destacar, em particular, mulheres negras, tradução e tradutores, justamente por perceber que, no Brasil, um estado de paralisia parece ter se apropriado dos espaços acadêmicos e editoriais, restringindo a

⁷ Cf. o trecho original: “‘Woman’ and ‘translator’ have been relegated to the same position of discursive inferiority. The hierarchical authority of the original over the reproduction is linked with imagery of masculine and feminine; the original is considered the strong generative male, the translation the weaker and derivative female. We are not surprised to learn that the language used to describe translating dips liberally into the vocabulary of sexism, drawing on images of dominance and inferiority, fidelity and libertinage. The most persistent of these expressions, ‘*les belles infidèles*’, has for centuries encouraged an attitude of suspicion toward the seemly but wayward translation. Feminist translation theory aims to identify and critique the tangle of concepts which relegates both women and translation to the bottom of the social and literary ladder”.



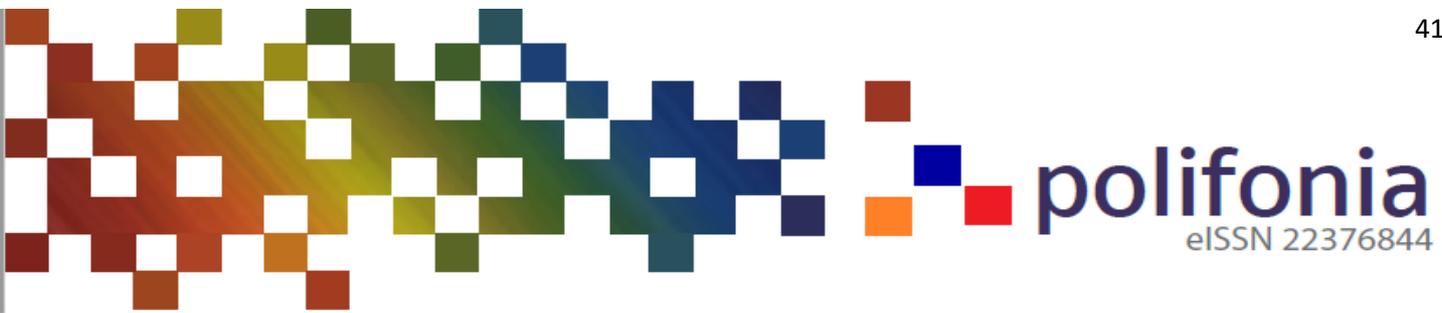
atuação dessas mulheres. Nesses mesmos espaços, não temos percebido movimentos maiores para liquidar inferências negativas referentes à atividade tradutória. Diante disso, a perspectiva apontada por Simon, a qual sintetiza, em parte, o que nos propomos a discutir, instiga-nos a dar seguimento em discussões como esta, abordadas pelos Estudos Feministas da Tradução, por contribuírem para o dismantelamento de estruturas inclinadas a ofuscar mulheres e tradutores.

A referência de Simon à expressão “*les belles infidèles*” como “aparentemente desobediente” pode nos orientar com mais clareza na explanação sobre a relação entre mulheres negras e tradução. Essa expressão, surgida na França, no século XVII, representa uma crítica aos pressupostos preponderantes entre tradutores e poetas, à época, os quais atribuíam relevância às “regras modernas estilísticas e de eloquência impostas pelas instituições de bom gosto” (POPPI, 2013, p. 34), as quais prezavam pela manutenção dos efeitos do texto fonte, mas com olhos voltados à língua e ao público receptor. Em outros termos, segundo Poppi (2013, p. 34), preservava-se a “fidelidade estilística dinâmica” e a “equivalência de efeitos”, diferenciando-se, em certa medida, dos pressupostos atuais, que não seguem regras pré-determinadas e entendem a tradução como um ato de transformação, pois lida com a interpretação da linguagem, e, como tal, está sujeito a múltiplas compreensões e à recriação.

Sendo assim, essa visão crítica que encampa a expressão metafórica “*les belles infidèles*” traz à tona dois pontos acerca da tradução, quais sejam, beleza e fidelidade. Para ser bela e aceita entre o público leitor, naquela época, a tradução deveria, preferencialmente, transitar nos caminhos da infidelidade, desapegando-se da fidelidade formal e estática ao texto fonte. Em caso contrário, essa tarefa estaria condicionada aos arranjos estruturais que, nem sempre, resultariam em sucesso, devido às impossibilidades de equivalência, por exemplo.

A remanescência de discursos como esses, que medem o valor e a credibilidade da tarefa tradutória com base em seu nível de fidelidade ao texto fonte, reforçam a subalternidade e o desígnio de ofuscamento do tradutor, acentuando por sua vez, a inferioridade atribuída à própria tradução frente ao texto traduzido.

A metáfora em análise estendida às mulheres evoca, retomando as palavras de Simon, “atitude suspeita”, como ocorre com a tradução. Das mulheres, bem sabemos, até hoje, espera-se comportamento exímio e estrita fidelidade conjugal – exigências socialmente dispensadas ao público masculino. Paralelamente, como condição de reconhecimento e aceitação social, a



beleza insurgiu, a partir do século XX, como um dever ético a ser perseguido pela mulher, face à emergência da indústria da beleza e da mídia. Resulta daí a ascensão da ditadura estética, tornando-se mais um vetor de opressão e subordinação como destaca Del Priore:

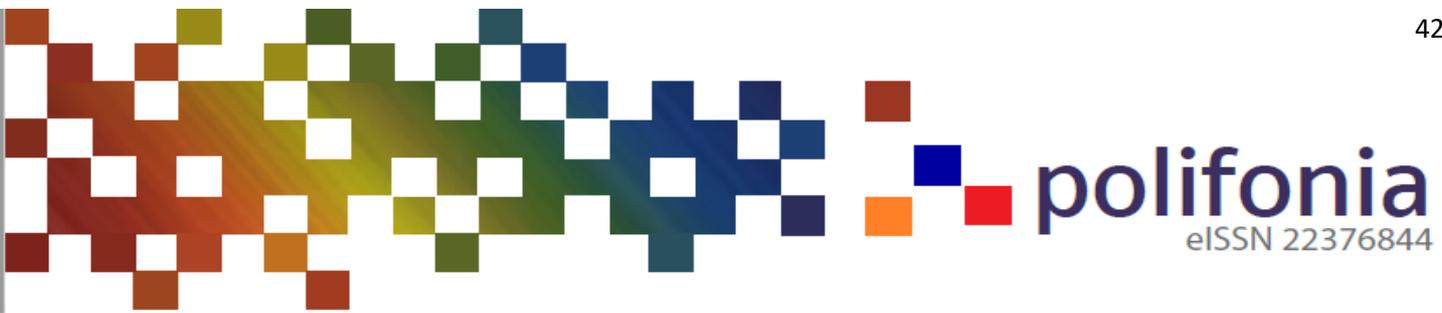
Mais do que nunca, a mulher sofre prescrições. Agora não mais do marido, do padre ou do médico, mas do discurso jornalístico e publicitário que a cerca [...] subordinação, diga-se, pior do que a que sofria antes, pois diferentemente do passado, quando quem mandava era o marido, hoje o algoz não tem rosto. É a mídia. São os cartazes da rua. O bombardeio de imagens na televisão (DEL PRIORE, 2000, p. 15).

Desvencilhar-se dessas prescrições, seja por uma recusa a padrões de vestimenta ou comportamento, seja pela simples renúncia à perseguição de ideais estéticos capitalizados, coloca as mulheres em uma linha desvirtuada, que rompe com expectativas de uma sociedade patriarcal. Esses padrões e ideais impostos pela indústria da beleza, como se sabe, possuem cor, traços e contornos bem definidos, os quais escapam ao fenótipo das mulheres negras.

Com efeito, o que se verifica é que essas mulheres se veem compelidas a edificar suas próprias identidades a partir de um ponto de referência intangível, obrigando-se a apagar sua própria essência, seus próprios traços, sua própria cultura, em busca de uma equivalência utópica aos estereótipos de beleza impostos como universais, em garantia de reconhecimento e aceitação social. Tal qual *“les belles infidèles”*, uma busca pela beleza, orientada pelas instituições que normatizam o “bom gosto”, em detrimento da fidelidade às suas próprias origens. A propósito, conforme destaca Wolf:

Para a cultura dominante, é inconcebível que ela deva respeitar como um compromisso político, tão profundo, quanto qualquer orgulho étnico ou racial, a determinação de uma mulher de demonstrar sua lealdade para com a sua idade, seu corpo, sua pessoa e sua vida, em desafio a um mito da beleza tão poderoso quanto os mitos sobre a supremacia dos brancos (WOLF, 2019, p. 89).

Todavia, movimentos sociais atuais têm colaborado de modo significativo em prol de uma mudança de pensamentos como o destacado por Wolf. Nessa esteira, debates empreendidos contra papéis marginais e tradicionais, atribuídos à mulher – negra ou não – assim como ao tradutor, têm encontrado respaldo nos Estudos Feministas e nos Estudos da Tradução contemporâneos, pois se posicionam contrariamente a tais pensamentos.



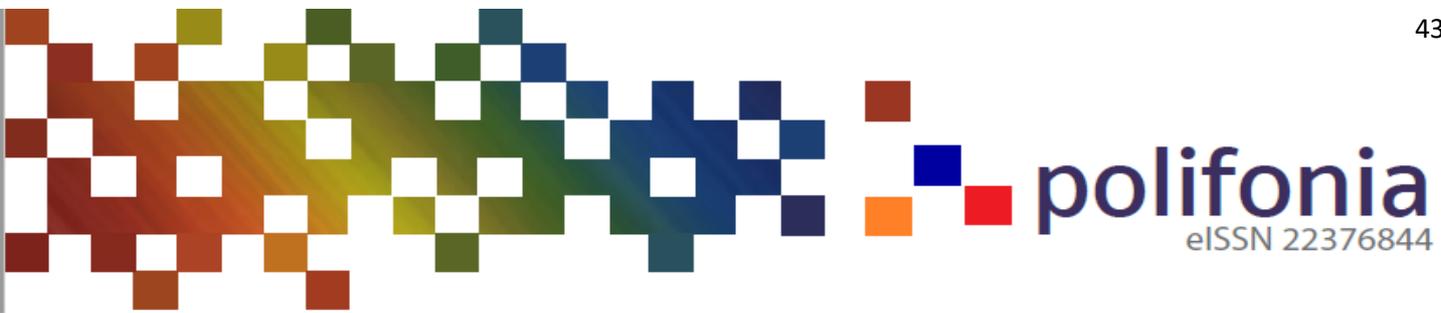
2. Um breve olhar sobre a atuação de mulheres negras na tradução no Brasil

Embora séculos distantes de nós, a busca pela feminização da tradução pode auxiliar nosso discurso argumentativo sobre a ausência e, ao mesmo tempo, necessidade de espaços – ao longo da historiografia da tradução – para que tradutoras negras possam ganhar visibilidade, ecoando suas vozes. Para elucidar isso, é interessante, antes, apresentarmos a definição de feminização da tradução. Segundo Simon (2005, p. 43), o tradutor e escritor americano Douglas Robinson adota o termo “feminização da tradução” para descrever o processo, iniciado no século XVI, por meio do qual mulheres se apropriam do discurso, revestidas da função de tradutoras, a fim de dar voz a elas próprias, garantindo, assim, um espaço no universo da escrita.

Se trouxermos essa questão para o contexto brasileiro atual, poderemos verificar que tal oportunidade não é experienciada pela maioria das mulheres negras, dada sua presença ínfima no mercado tradutológico. Como já podemos imaginar, não há no passado um panorama diferente que possamos informar aqui. Curiosamente, contudo, a primeira tradução literária de um autor brasileiro foi realizada por uma mulher. Laurence Hallewell (2012, p. 239) conta que *Iracema* (1865), de José de Alencar, “chamou a atenção do explorador (e poliglota) *sir* Richard Burton, então cônsul britânico em Santos, e de sua esposa, Isabel, que a traduziu para o inglês, em 1866”. Hallewell informa, então, na sequência, que esse parece ter sido “o primeiro romance brasileiro publicado em inglês”.

Como podemos perceber, a história da tradução de romances publicados em língua portuguesa no Brasil parte de mãos de uma mulher de nacionalidade britânica. Entretanto, o fato de uma mulher ter inaugurado a tarefa tradutória no Brasil não garantiu a consolidação do protagonismo feminino – quem dirá o feminino negro – no que diz respeito à tradução. Portanto, tal fato evidencia problemáticas enfrentadas por mulheres, e, em especial, por mulheres negras, devido à sobreposição de outros fatores, como raça e classe social, que agregam mais obstáculos à sua inserção no mercado tradutológico.

Atualizados nesse sentido, o Instituto Maria e João Aleixo – IMJA – e a Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes – ABRATES – firmaram parceria, em 2018, com a finalidade de implantar o programa Abrates Afro. Segundo informa Ivana Dorali (2018), esse



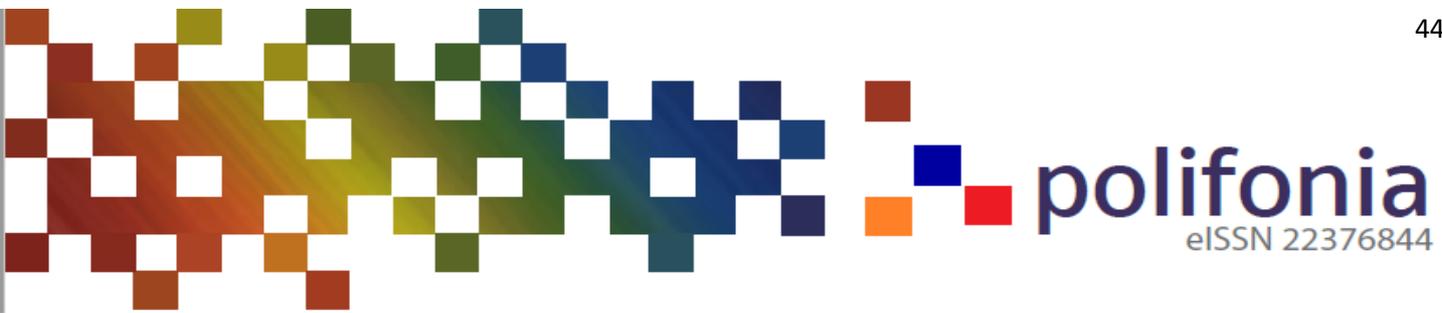
programa está empenhado em atingir o maior número possível de profissionais negros, a fim de criar condições para que usufruam de espaço dentro da área profissional da tradução e interpretação, uma vez que há um índice tímido no que se refere à diversidade racial nessa atividade. Dorali destaca que:

A idealizadora e coordenadora da iniciativa, Rane Souza, conta que é a única tradutora negra associada à Abrates no Rio de Janeiro. Ela afirma que não tem notícia de nenhuma pessoa negra que atue profissionalmente na cidade e que no Brasil são muito poucas no exercício de tais funções. ‘Temos uma lacuna grande no recorte racial da tradução e da interpretação. Isso gerou um incômodo em mim e, imaginando que esse incômodo não era só meu, propus a ideia à Abrates, que prontamente aceitou. Acredito que é só o começo, mas estamos no caminho certo para iniciar essa reparação’, diz Rane (DORALI, 2018).

O relato da tradutora e intérprete Rane Paula Moraes Souza retrata a realidade ainda mais segregadora quando o assunto é mulheres negras e tradução no Brasil. Dentre outras reflexões, ele suscita questionamentos sobre tradução inversos àqueles que se propunham a responder: Como traduzir? Qual a tradução perfeita? Há fidelidade em determinada tradução? As palavras de Rane nos levam a questões que passaram a ganhar interesse após o momento denominado “*the cultural turn*” (“virada cultural”), a partir dos anos 1980. Como sublinha Simon (2005, p. 7), esse momento implicou uma dimensão importante para os estudos tradutológicos. Novas questões ocuparam o centro desses estudos reservando seus interesses para entender, principalmente, o sujeito da tradução e os aspectos que influenciam a circulação de textos traduzidos, tais como: Quem traduz?, Quem não traduz?, Por que se traduz?, Quais os agentes/fatores que manipulam a tradução?

Essas questões de caráter descritivo tomam o lugar daquelas de cunho prescritivo, pois é preciso compreender como as relações ocorrem em um mundo em que as desigualdades refletem consequências como exclusão social tanto do sujeito quanto do bem por ele produzido. Por isso, é relevante abordar mais uma inquietação de Souza, emoldurada pelos aspectos contemplados nas abordagens contemporâneas dos Estudos da Tradução. Em entrevista a Luciana Carvalho Fonseca, afirma que

A Netflix tem algumas séries que trabalham muito a questão negra. Não conheço a equipe de legendadores envolvida, mas será que há legendadores negros envolvidos? E os demais autores negros que chegam ao Brasil? Quem traduz? Por exemplo, a Chimamanda Ngozi Adichie é traduzida por uma tradutora do Rio, eu não a conheço



pessoalmente [sic] mas ela é uma tradutora branca. Não estou julgando a qualidade da tradução dela, mas apenas questionando a falta de representatividade de tradutores negros em trabalhos de autores negros, decorrente do racismo estrutural que não permite – ou dificulta ao extremo – que negros se formem tradutores ou intérpretes (SOUZA, 2018 apud FONSECA, 2019, p. 215).

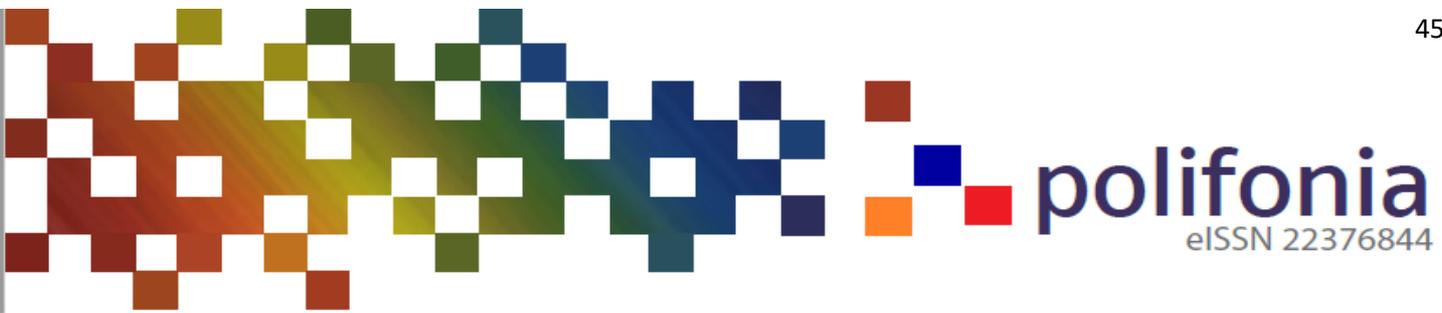
Para além do exposto por Souza, é preciso mencionar outras possíveis implicações dessa ausência de “representatividade de tradutores negros em trabalhos de autores negros”. Fora a formação desses profissionais, acrescentamos a possibilidade de um monopólio da produção cultural a partir das traduções de textos estrangeiros divulgados no Brasil, realizadas, na sua maioria, por tradutores brancos. Uma implicação que se faz necessário comentar é que a circulação de discursos, por meio da tradução, advindos de um único lugar, uma única voz, fomenta o silenciamento de vozes oriundas de outros lugares. Nosso comentário encontra eco nas palavras de Godard (1990, p. 45, tradução nossa), ao observar que a tradução, sob o ponto de vista de suas acepções figurativas de transcodificação e transformação, “é um topos no discurso feminista usado por mulheres escritoras para evocar a dificuldade de sair do silêncio para comunicar novas ideias sobre as experiências das mulheres e sua relação com a linguagem”⁸.

Com isso, defendemos a importância da ampliação de oportunidades e espaços para outras vozes protagonizarem atividades relativas à tradução. Se o que temos presenciado são vozes de homens e mulheres brancas exercendo esse protagonismo, as outras vozes são representadas pelas mulheres racializadas – como Ruth Guimarães, Maria Firmina dos Reis e Lelia Gonzales – as quais fazem parte da nossa história, mas que precisam assumir, por direito, o espaço dentro da historiografia da tradução no Brasil.

Considerações Finais

Neste artigo concentramos nossos esforços para demonstrar a existência de certa afinidade entre mulheres negras, tradução e tradutores no quesito invisibilidade e

⁸ Cf. o trecho original: “[...] is a topos in feminist discourse used by women writers to evoke the difficulty of breaking out of silence in order to communicate new insights into women's experiences and their relation to language”.

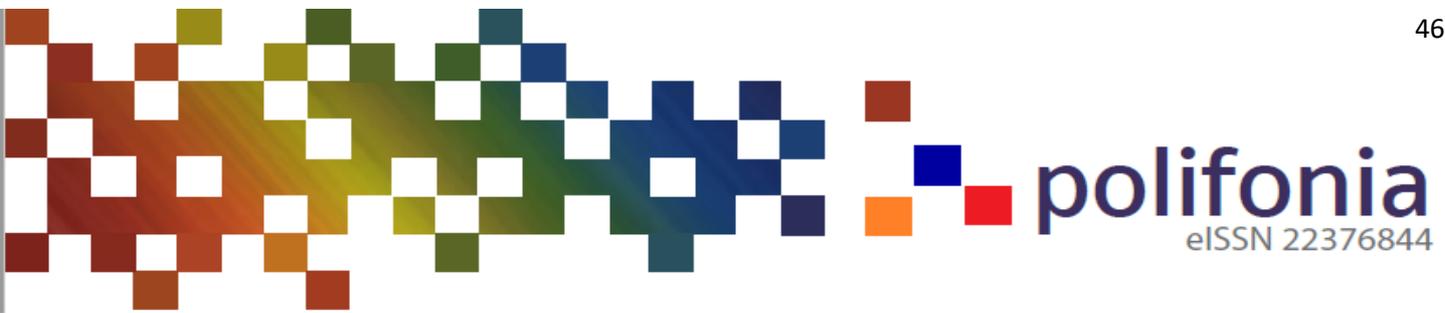


marginalidade. Baseamo-nos em inferências as quais os colocam em cenários que podem ser considerados como inferiores, marginais e depreciados, sobretudo, quando correlacionados a componentes culturais como gênero e raça. Para isso, iniciamos a discussão discorrendo sobre a marginalidade experienciada pelas mulheres negras, focando, principalmente, no âmbito acadêmico. A fim de robustecer nossos argumentos, respaldamos nossas falas em dados concretos, a exemplo dos fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os quais confirmam que a presença de mulheres negras no ensino superior é reduzida. Atendendo nossa proposta, discutimos também a circulação da produção escrita de mulheres negras, porque defendemos sua presença no meio literário a partir tanto de suas performances enquanto escritoras quanto de suas faces como reescritoras/tradutoras.

Assim, dada a importância dos movimentos sociais, não apenas para os debates, mas também para as ações que procuram atender as problemáticas de gênero, raça e classe social, bem como os desdobramentos e conflitos interseccionais gerados a partir dessa tríade, sustentamos nossas ideias em pressupostos que fundamentam e orientam os Estudos Feministas. Com o objetivo de dar encaminhamento para a relação existente entre mulheres negras, tradução e tradutores, desenvolvemos nossas ideias, apresentando *flashes* de discursos e pressupostos os quais projetam a tradução e o tradutor em um painel pouco ou nada visível. Com isso, foi possível demonstrar a relação pretendida, ou seja, evidenciar como a atividade tradutória – considerada por nós como reescrita – tem sido repelida a uma escala muito próxima à condição das mulheres negras, no que se refere a discursos de inferioridade, em distintos espaços sociais.

Ao final dessa discussão, ainda nos reportamos, de modo breve, à atuação das mulheres negras no contexto da tradução no Brasil, e não fugiu dos nossos olhares a significativa ausência dessas mulheres no campo editorial enquanto tradutoras. Esse fato nos levou a concluir que, nesse setor, há uma espécie de reprise acerca da questão abordada neste debate sobre a presença das mulheres na academia e na produção escrita em nosso país. Temos, contudo, a consciência de que não se trata de um fenômeno social exclusivo de nosso país, sobretudo, se compararmos tais achados aos dos nossos vizinhos da América Latina.

Como aferimos ao longo do texto e reforçamos aqui, constatar um fato social auxilia na sua compreensão e abre caminhos para intervenções possíveis e necessárias. Em razão disso,



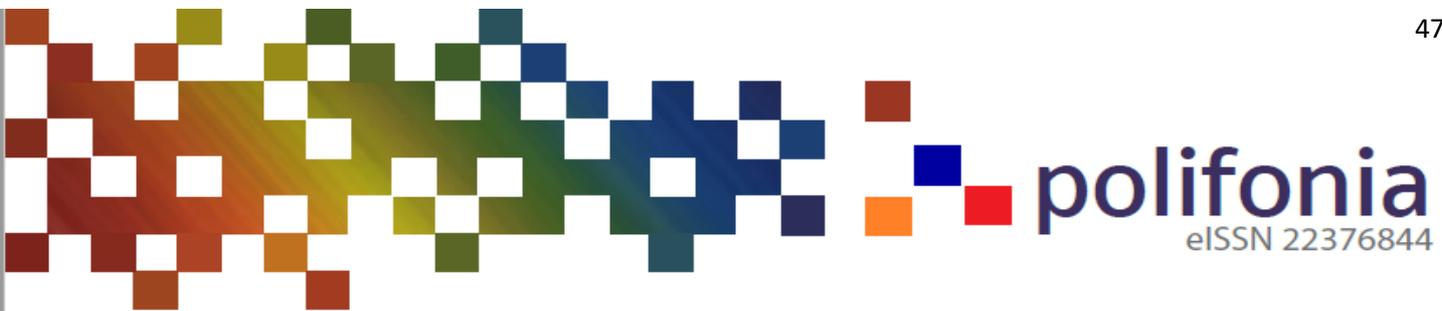
acreditamos que os movimentos sociais têm cooperado para transformar a realidade social, buscando, no caso das mulheres negras, debater as causas e apresentar ações concretas para a dissipação de discursos racistas e suas materializações. Contudo, sustentamos, em paralelo a isso, que podemos contar com reflexões como esta para incitar comprometimentos em prol da alteração desse protótipo de maquete onde vivemos, em que os personagens protagonistas se mantêm, sem possibilitar a experiência ao seu outro. Portanto, cada vez mais, torna-se indispensável olharmos para essas experiências negativas questionadas neste artigo.

Para finalizar, precisamos registrar o quanto tem sido relevante a introdução dos aspectos associados ao gênero, discutidos pelas teorias feministas, nos Estudos da Tradução. Isso possibilitou reorientarmos certos pragmatismos associados aos sujeitos e a linguagem em direção a novas abordagens. Como atesta Simon (2005, p. ix, tradução nossa), “O mais importante, no entanto, tem sido o impacto decisivo do feminismo, como um movimento político e literário, sobre a teoria e a prática da tradução”⁹, que oportuniza, dentre outras ações, esta reflexão a qual busca contribuir para a visibilidade de distintos autores sociais, como as mulheres negras e os tradutores.

Referências

- ALENCAR, José. Iracema. São Paulo: Ática, 2004.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista de estudos feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- DEL PRIORE, Mary. Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: SENAC, 2000.
- DORALI, Ivana. Instituto Maria e João Aleixo e ABRATES selam parceria para inclusão de profissionais negros no ofício da tradução e interpretação. Disponível em: <http://imja.org.br/portal/educacao/instituto-maria-e-joao-aleixo-e-abrates-selam-parceria-para-inclusao-de-profissionais-negros-no-oficio-da-traducao-e-interpretacao/>. Acesso em: 12 de out. 2019.
- EVARISTO, Conceição. Entrevista concedida a Juca Guimarães [online]. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/20/conceicao-evaristo-nao-leiam-so-minha-biografia-leiam-meus-textos/>. Acesso em: 20 de nov. 2019.

⁹ Cf. o trecho original: “Most important, however, has been the decisive impact of feminism, as a political and literary movement, on translation theory and practice”.



- FONSECA, Luciana Carvalho. A linha da cor: entrevista com a intérprete Rane Souza. Disponível em: https://www.academia.edu/40837143/A_linha_da_cor_entrevista_com_a_int%C3%A9rprete_Rane_Souza. Acesso em: 26 de dez. 2019.
- GODARD, Barbara. Theorizing Feminist Discourse/Translation. In: Bassnett, Susan; Lefevere, André (orgs.) Translation, History and Culture. Londres e Nova York: Pinter Publishes, 1990.
- GLEDSON, John. Entrevista concedida a Gustavo Althoff [online]. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/scientia/issue/view/MAT/>. Acesso em: 09 out. 2019.
- HALLEWELL, Laurence. O Livro no Brasil. São Paulo. Edusp, 2012.
- HOOKS, Bell. Intelectuais negras. Estudos Feministas, ano 03, n. 2 – Dossiê: Mulheres Negras. Florianópolis, p. 464-478, jun./dez. 1995.
- HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Trad. Bhuvli Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551informativo.pdf>. Acesso em: 7 de out. 2019.
- LEFEVERE, André. Translation, Rewriting and the Manipulation of Literary Fame. London and New York: Routledge, 1992.
- MILTON, John. Tradução teoria e prática: leitura e crítica. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- POPPI, Carolina. Século XVII na França: Les Belles Infidèles, Racine e o modelo dos clássicos antigos. In: Non Plus, [S.l.], n. 3, 2013, p. 29-43. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/nonplus/article/view/49033/83597>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SIMON, Sherry. Gender in Translation: Cultural Identity and the Politics of Transmission. Londres e Nova York: Routledge, 2005.
- VENUTI, Lawrence. The Translator's Invisibility: A History of Translation. London and New York: Routledge, 1995.
- VON FLOTOW, Luise. Translating Women. OTTAWA: University of Ottawa Press, 2011.
- VON FLOTOW, Luise. Translating Women: Different Voices and new horizons. London and New York: Routledge, 2017.
- WOLF, Naomi. O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.